

AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE SALVADOR: COMO CRIAR UMA PROPOSTA EFICAZ

*Taiane Barbosa Ferreira

RESUMO

Vive-se na sociedade do conhecimento, na qual conhecer os códigos da linguagem escrita tornou-se algo imperioso. Nesse contexto a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi se definindo como uma educação voltada para população pobre, apenas aprender a ler e escrever, pautada em avaliações de cunho meramente numérico, quando deveria ter caráter reflexivo voltado a tomada de decisões. Assim, o objetivo desse artigo é refletir acerca das avaliações externas da EJA, na cidade de Salvador, visando à promoção de uma avaliação que respeite o perfil tão específico dessa modalidade, valorizando, principalmente, experiências de vida. O que se propõe é uma avaliação sistematizada, tendo como elementos basilares a mediação, ou seja, enquanto uma relação dialógica que concebe o conhecimento como apropriação do saber imbricado com ação-reflexão-ação. O presente artigo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, em que foi utilizado como estratégia, o tipo de pesquisa bibliográfica. Conclui-se as práticas avaliativas sugeridas junto a cidade de Salvador, só se completará com a possibilidade de apontar caminhos mais adequados para a construção do conhecimento, bem como reflexões contínuas sobre a realidade, para que na prática consiga desempenhar de fato sua função social e política junto a EJA.

Palavras-chave: Avaliações externas. EJA. Experiência.

ABSTRACT

One lives in the knowledge society, in which knowing the codes of written language has become imperative. In this context, the Education for Young People and Adults (EJA) was defined as an education focused on the poor, only learning to read and write, based on purely numerical assessments, when it should have a reflexive character for decision making. Thus, the objective of this article is to reflect on the external evaluations of the EJA, in the city of Salvador, aiming at the promotion of an evaluation that respects the profile so specific of this modality, valuing, mainly, life experiences. What is proposed is a systematized evaluation, having as basic elements the mediation, that is, as a dialogical relation that conceives knowledge as appropriation of knowledge imbricated with action-reflection-action. The present article is characterized by a qualitative approach, in which the type of bibliographic research was used as strategy. The evaluation practices suggested with the city of Salvador will be completed. It will be completed with the possibility of pointing out more adequate ways of building knowledge, as well as continuous reflections on reality, so that in practice it can effectively fulfill its social and policy with EJA.

Keywords: External evaluations. EJA. Experience.

1 INTRODUÇÃO

Vive-se na sociedade do conhecimento, numa sociedade letrada, na qual conhecer os códigos da linguagem escrita tornou-se algo imperioso. Jovens e adultos que não tiveram acesso à escola, ou não tiveram oportunidades de aprender a lidar com a leitura e a escrita está fadada à marginalização.

Partindo desses pressupostos, não há como falar em qualidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA) sem considerar as diferentes dimensões que compõe o processo de ensino e aprendizagem, tais como avaliação, que nesse estudo se restringe avaliação externa.

As avaliações externas têm se comportado como instrumento meramente numérico, estatístico, quando deveria ter caráter reflexivo voltado a tomada de decisões, com vistas à qualidade do ensino e à democratização do conhecimento. Dentro dessa perspectiva o objetivo desse artigo é refletir acerca das avaliações externas da EJA, na cidade de Salvador, visando à promoção de uma avaliação que respeite o perfil tão específico dessa modalidade, valorizando suas expectativas, principalmente, experiências de vida.

Na cidade de Salvador, até o momento há uma lacuna, no que tange a implementação de um sistema de avaliação, contínua, contextualizada e ampla, voltado para a EJA, que atenda aos anseios dos dois segmentos da educação de jovens e adultos. Em tempo, observada a ausência no município propõe-se um sistema avaliativo que forneça elementos para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas, projetos que tragam melhoria a qualidade da Educação de Jovens e Adultos, na cidade de Salvador.

O que se propõe é avaliação dessa modalidade de ensino, tendo como elementos basilares a mediação, ou seja, dialogando com Hoffmann (2008) a avaliação deve ter um caráter mediador, ser caracterizada, enquanto uma relação dialógica que concebe o conhecimento como apropriação do saber imbricado com ação-reflexão-ação, que se passa na sala de aula.

Assim, longe de ser avaliações sobre a qualidade da modalidade de ensino, realizada de modo pontual, essa avaliação externa também, necessitam ser entendida como reflexão aprofundada a respeito das formas como se dá a compreensão do aluno, sobre o objeto do conhecimento.

Se a meta principal da EJA é a formação para a autonomia do sujeito, para a vida, conseqüentemente, as avaliações externas têm que estar vinculada a esse propósito. A Secretaria de Educação do Município (SMED), não pode ter um sistema avaliativo puramente seletivo, que reproduza a essência da sociedade utilitarista que vitimou à exclusão os próprios sujeitos históricos, que hoje retornam para a sala de aula.

O presente artigo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, em que foi utilizado como estratégia, o tipo de pesquisa bibliográfica. Nessa perspectiva, para consolidar esse tipo de pesquisa empregou-se como instrumentos de coleta de dados, materiais já publicados tais como: livros, artigos e dissertações, *sites*. (GIL, 2008)

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teórico já analisado e publicado por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi impresso, dito ou filmado, inclusive conferências seguidas de debates.

A escolha da pesquisa qualitativa justifica-se para a construção desse artigo, visto que não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento e compreensão do tema. Segundo Minayo (1996) a pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva. Os dados coletados são mais uma forma de palavras ou figuras, do que números. Como não se preocupa com os números, mas com o aprofundamento de temas e como esse está sendo compreendido pela comunidade científica em geral, essa pesquisa é a mais indicada para o desenvolvimento do artigo.

De acordo com Gil (2008) a abordagem qualitativa opõe-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores numa abordagem qualitativa

recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos, nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Assim, partindo da abordagem qualitativa, do tipo de pesquisa bibliográfica há necessidade de se propor apresentar uma proposta eficaz sobre o ato de avaliar na EJA, na cidade de Salvador, bem como refletir a luz dos pressupostos teóricos, acerca dos pontos positivos de uma avaliação contextualizada, ampla e contínua junto a essa modalidade de ensino.

O artigo está organizado, basicamente, em introdução, desenvolvimento e considerações finais e o que se esperava com a sua construção é apresentar uma proposta eficaz sobre o ato de avaliar na EJA, na cidade de Salvador, bem como refletir a luz dos pressupostos teóricos, acerca dos pontos positivos de uma avaliação contextualizada, ampla e contínua junto a essa modalidade de ensino.

Tudo isso, a fim de pensar em intervenções eficazes que forneçam elementos, em prol da formulação e reformulação de políticas, voltadas a melhoria da qualidade da Educação de Jovens e Adultos, no município de Salvador.

2. HISTORICIZANDO A EJA

A educação é uma tarefa social que deve ser implementada cotidianamente. O ensino da EJA não deve se limitar apenas a pré-requisitos, para aquisição da passagem de uma série a outra. É preciso que se criem condições para que os jovens e adultos, além de se apropriarem de conhecimentos específicos, aprendam a lidar com novos desafios de uma sociedade cada vez mais globalizada.

Ao longo dos anos, a EJA foi se definindo como uma educação voltada para população pobre, apenas aprender a ler e escrever era suficiente. Contudo, hoje, está tem uma dupla função, forma para cidadania e preparar para o mundo do trabalho (FÁVERO, 2004). O docente da EJA precisa por em

evidência as especificidades desse público, bem como as histórias e experiência de vida desses sujeitos.

Recomenda-se que na EJA, as práticas pedagógicas, os currículos, a organização do tempo, os processos de aprendizagem quer formal ou informal façam parte de um processo muito mais amplo, em que o objetivo principal seja formar cidadãos que consigam de fato sua inserção em âmbito social. Sobre esse aspecto Di Pierro (2005) pontua que:

(...) o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural. (DI PIERRO, 2005, p. 1118)

A Educação de Jovens e Adultos, ao longo da história de nosso país, trilhou caminhos tortuosos. As políticas públicas, em sua maioria, foram emergenciais e assistencialistas. As poucas que persistiram por mais tempo tinham o caráter de formar eleitores e, mais tarde, mão de obra barata para o mercado emergente, do que possibilitar a esses cidadãos um ensino que permitissem o pleno domínio da leitura e escrita, bem como sua inserção no ensino regular.

Desse modo, chega-se em pleno século 21, com dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2012, que representam uma situação muito grave. Ainda no ano de 2012, havia no país cerca de 13,2 milhões de jovens e adultos que não conseguiam ler nem escrever, o que correspondia a 8,7% da população.

Entretanto, está na condição de analfabeto, significa está excluído da participação de legítimos direitos estabelecidos socialmente. Ademais diante de um contexto social, em que novas competências são imprescindíveis para um mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, não dominar o ato de ler e escrever é permanecer muitas vezes a margem do mercado de trabalho.

Importante frisar que, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino direcionada a quem não teve oportunidade de estudar na idade apropriada ou por diversos motivos abandonou à escola. Atende a indivíduos que buscam, no âmbito escolar, condições para concorrer no

mercado de trabalho, ou que tentam conquistar um maior domínio de saberes para que possam exercer seu direito de cidadãos. Essa modalidade é direcionada a um público com diferenciadas histórias de vida e trabalho.

Partindo de um conceito amplo da EJA, essa população distribui-se em distintos grupos. O primeiro grupo é constituído, pelos considerados analfabetos absolutos. Indivíduos que não conhecem o alfabeto, que não decodificam nem usam os códigos da língua, que não sabem escrever o próprio nome e nem ler palavras simples. Usam o polegar para assinar o próprio nome.

O segundo grupo, refere-se àqueles que foram à escola, ficaram pouco tempo e acomodaram um conhecimento superficial. Ainda existem no país cerca de 30 milhões de analfabetos funcionais. A maioria, mesmo que tenha concluído o ensino fundamental, não é capaz de resolver operações simples, nem de ler um bilhete.

O terceiro grupo é constituído por aqueles indivíduos que estiveram na escola em momentos intermitentes, ou seja, chegou a freqüentá-la, mas por diversos motivos evadiram-se dela. Esses dois últimos grupos constituem os chamados analfabetos funcionais. Sabem ler e escrever seu nome, algumas palavras e frases, porém, não aprenderam a fazer uso da leitura e da escrita para resolver situações simples do seu cotidiano.

Atualmente, os educadores da EJA estão se deparando com um grande número de jovens egressos do ensino fundamental, com dificuldades de aprendizagens, que acabam por criar um novo perfil na EJA, tanto do ponto de vista das políticas públicas, como dos pedagógicos. Haddad & Di Pierro (2005) afirmam:

Os jovens da EJA têm em comum o fato de carregarem a marca da pobreza e de, exatamente por esse motivo, não terem a possibilidade de realizar uma trajetória educativa tradicionalmente considerada satisfatória. São jovens que, por uma série de motivos, precisariam abandonar a escola (...); circulam no espaço escolar um “incansável” número de vezes (HADDAD & PIERRO, 2000, p.120).

No caso brasileiro a oferta da EJA vem sendo palco de intensas tensões, visto que, abriga uma população apática quanto aos conhecimentos dos seus direitos e um “jogo de empurra” quanto a sua oferta (HADDAD & PIERRO, 2000). A oferta da EJA cabe ao Estado ou município. Conforme Di Pierro

(2005), Estados e municípios reagiram a essa conjuntura de modos variados. Ampliação ou manutenção dos serviços de educação de jovens e adultos depende da capacidade financeira, vontade política e principalmente, da demanda e pressão social.

O Estado esquece do direito legalmente constituído e, o pior, dos benefícios proporcionados à população jovem e adulta. A EJA, seguindo o pilar da educação para o século XXI¹, aprender a aprender, vem incorporando uma nova abordagem. Se, antigamente, não havia por parte dos poderes públicos uma preocupação com o aprender por toda vida, hoje, ganha força a ideia de uma educação continuada, pois, numa sociedade em constantes transformações, num mundo cada vez mais complexo, algumas competências não são suficientes para um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Embora, com a extinção da Fundação Educar, no início da década de 90, o Estado tenha sido o principal provedor da educação de jovens e adultos, caberá aos municípios maior participação para o provimento dessa modalidade de ensino. A EJA parece que fora esquecida pelas políticas federais, e os municípios nos quais há maior sensibilidade ou em que a demanda condicione maior pressão social, a oferta da EJA vem acontecendo.

Não se pode perder de vista, que a oferta da EJA está intimamente ligada a ideia de reparação social. Seu objetivo precisa ser: satisfaz as necessidades de aprendizagem dos cidadãos, gerando mais oportunidades e resgatando uma dívida social com aqueles que foram em outros momentos, excluídos do sistema educacional. Logo, garantir um ensino gratuito, de qualidade e que atenda as especificidades desse público é um dever dos municípios brasileiro.

A partir da Constituição de 1988 pela primeira vez no Brasil uma constituição conferiu à população jovem e adulta o direito à educação fundamental, uma vez que as anteriores restringiam este direito à faixa etária de 7 a 14 anos. Deve-se esse mérito a Carta Magna de 1988, na qual está expresso no artigo 208: "o dever do Estado com a educação será efetivada mediante garantia de: ensino fundamental *obrigatório e gratuito, inclusive para*

¹ São quatro pilares do conhecimento (aprender a ser, conhecer, fazer e viver juntos) necessários para a educação no século XXI.

os que não tiveram acesso na idade própria, obrigando os poderes públicos a sua oferta”.

As Disposições Transitórias no Art.50 desta Carta conferiram um prazo de dez anos para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo, período em que as instâncias Federais, Estaduais e Municipais foram obrigadas a direcionar 50% dos seus recursos para a real institucionalização deste direito.

Com esta promulgação, jovens e adultos que foram marginalizados ou excluídos do sistema escolar, independentemente da idade, doravante, teriam acesso ao ensino fundamental. Assim, no que tange à EJA, ao preconizar esta modalidade como um direito público e subjetivo, a Carta de 1988, representou avanços. Para Paiva:

A partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as novas construções da realidade brasileira passam a ser incorporados ao aparato legal(...) o reconhecimento de que essa educação atuava / podia atuar alterando as construções sociais e a esfera dos direitos da populações, se pensada pelo sentido do aprender por toda vida..(PAIVA, 2004, p. 30)

O número de analfabetos absolutos que vinha regredindo em ritmo lento, ao longo do século XX, teve uma queda importante no transcorrer dos anos 90. Porém, esta diminuição não será suficiente para que o Brasil cumprisse em 2000 a meta assumida na Conferência Mundial de Educação para Todos: reduzir o analfabetismo à metade. (HADDAD, S; DI PIERRO, 2000)

A Carta Magna favoreceu a descentralização e responsabilizou o poder público a oferecer a EJA, vinculando parcela da sua receita de impostos. De acordo com Di Pierro (2005) no final de 1990 os municípios já respondiam pela terça parte das matrículas na educação básica de jovens e adultos, em 2001, sua participação na oferta do ensino fundamental já representava 49,6% do total.

A nova Lei Diretrizes e Bases da Educação de 9.394/96 ampliou e ratificou os princípios constitucionais direcionados a EJA. Tal Lei revela a necessidade de uma abordagem pedagógica diferenciada, incluindo conteúdos, metodologias e processos de avaliação diferenciados. Para Carneiro (1998) a ideia é que a escola respeite o perfil cultural do aluno adulto, ensejando-lhe o

aproveitamento da experiência humana adquirida no trabalho e, portanto insubstituível na construção de autoaprendizagem. O texto legal diz:

Art.38 Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.(BRASIL, 1996, p.18)

Entretanto, em 1996, novos contornos foram direcionados à EJA, a municipalização dessa modalidade foi inibida a partir de 1998 com aprovação da Emenda 14/96, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), provocando mudanças significativas. Da mesma forma que a Constituição de 1988 avançou, a referida emenda causou um retrocesso. Essa Emenda deixa de fora a Educação de Jovens Adultos.

De acordo com Peroni (2009) essa emenda priorizou o ensino fundamental regular, caracterizando o como prioritário, bem como tornou evidente que a ausência de disposição legal referente a recursos econômicos para a Educação de Jovens e Adultos inviabiliza a concretização de um direito adquirido, postergando, ainda mais, a educação dos excluídos da escolarização formal.

A mesma autora complementa a discussão, ao afirmar que essa modalidade de ensino, ainda que tenha mantido a gratuidade deixou de ser um direito público subjetivo. Tal emenda apresentou, novamente, aspectos no sentido mudar a escolarização de jovens e adultos para o campo do “assistencialismo e das ações pontuais”, colaborando para a proliferação de sua exclusão social.

No que tange às bases legais vigentes, há uma contradição. Para o Parecer 2000 a emenda 14/96 estreitou a obrigação com a EJA, porém não subtraiu do indivíduo acima de 15 anos o direito público subjetivo, e é reiterado no art. 5 da LDB, em que é universalizado a figura do cidadão com direito a escola:

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associações comunitárias, organização sindical, entidade de classe ou outra

legalmente constituída, e, ainda o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

Dessa forma, nota-se que oferta da EJA é um direito adquirido. Mesmo com algumas mudanças dos dispositivos legais, pode-se afirmar que a Educação de jovens e Adultos está cumprindo sua função de inserir no sistema escolar, jovens excluídos do ensino regular e acelerando, através de políticas municipais, os estudos daqueles cuja progressão foi “barrada” por sucessivas reprovações e abandonos.

3. AVALIAR A EJA NA CIDADE DE SALVADOR

Partindo desse pano de fundo, entende-se que a garantia de uma educação de qualidade, não está vinculada a política do favor, mas sim, ao princípio fundamental do dever. Nesse contexto, as avaliações externas podem ser um importante instrumento a fim de subsidiar políticas, projetos, voltados aos processos de organização e regulação, assim como para o exercício da cidadania.

Avaliar é, sobretudo, uma forma de entender a vida do aluno. Não deve ser uma cobrança de aprendizagem, e sim entender e apreciar cada ação dos discentes diante do aprendizado adquirido em sala de aula ou fora dela, respeitando sua bagagem trazida e adquirida.

Por isso, apregoa-se um sistema de avaliação significativo, que oriente a revisão das políticas, a definição de projetos pedagógicos junto a Secretaria de Educação do município, das escolas e o próprio fazer pedagógico, pois acredita-se que no cerne da avaliação está implícito, o que deveria ser ensinado para que os alunos tenham êxito.

A avaliação também propiciará condições para a obtenção de uma melhor qualidade de vida, quando assentada sobre a disposição de acolher. Aí está o ponto de partida da construção do conhecimento. Se houver o acolhimento do aluno na sua totalidade, a prática do professor já estará eliminando um grande obstáculo na avaliação na educação de jovens e adultos, pois construirá, a partir desse acolhimento, o diálogo para que o

processo de ensino e aprendizagem seja significativo para todos os sujeitos envolvidos, subsidiando as decisões necessárias para atingir a meta da educação. (LUCKESI, 2013)

Analisando o cotidiano escolar, percebe-se que o ato de avaliar, inclusive as avaliações externas, ainda, continua seguindo as mesmas práticas tradicionais, mais com perspectivas de novas formas de avaliação. Assim, pode-se afirmar que a avaliação faz parte do processo educativo, e como tal merece toda atenção e compromisso de todos envolvidos. (HOFFMANN, 2009)

No que tange as avaliações externas, essas cumprem um papel estratégico para o planejamento, auxiliando a formulação de novos projetos que possam responder às tendências de mudanças observadas. Para cumprir a tomada de decisões coerentes, as avaliações externas precisam estar assentadas em dados amplos, contínuos e contextualizados.

No sistema de ensino, avaliação é uma atividade utilizada para se obter informações necessárias, acerca diferentes elementos, em especial do processo de ensino-aprendizagem. Porém, muitas vezes ela acaba sendo confundida apenas uma forma de se adquirir resultados quantitativos e, na EJA, não é diferente.

É um procedimento formal, sujeito a normas estabelecidas que garantam compromisso ético e relevância social, gerando a construção de significados e expectativas sociais que emergem da interação dinâmica da ação e reflexão dos atores da comunidade educacional.

Contudo, na maioria das vezes, ainda não se aprendeu a utilizar a avaliação externa, de forma articulada com a finalidade de aperfeiçoar a prática educativa. Quando o assunto é avaliação, a resistência e preconceito muitas vezes são um dos maiores imperativos. O princípio que fundamenta a existência da avaliação externa é diagnosticar a real situação dos sistemas para se conhecer em profundidade a situação das instituições de ensino.

Nessa direção, a avaliação externa, nas últimas décadas, tem ocupado um espaço particular na política educacional em todos os níveis de ensino. Hoje, é impossível discutir políticas públicas sem levar em consideração as avaliações externas à escola. A posição de destaque da avaliação externa, no seio das políticas educacionais, vem sendo utilizada especialmente como

mecanismo de “controle” da qualidade, “[...] o que muitos autores denominaram Estado Avaliador”. (PERONI, 2009, p. 286)

Ademais, avaliação externa constitui um processo social que é objeto de uma construção com diversas facetas em que estão implicados vários agentes sociais como: professores, coordenadores, alunos e todos que fazem parte de uma instituição educacional. (AFONSO, 2005) Vale lembrar que, a avaliação na modalidade da EJA, requer uma metodologia específica para atender uma clientela diferenciada, a qual perdeu a sequência escolar e quer resgatar as informações defasadas.

Fazendo um paralelo com a SMED, da cidade de Salvador, vale destacar que a implantação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no sistema municipal de ensino de Salvador está regulamentada pela Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) nº 41, de 10 dezembro de 2013, a Instrução Normativa estabelecida pela portaria nº 003 de 07 de janeiro de 2014 e a matriz curricular da portaria nº 251 de 07 de julho de 2015.

A primeira avaliação aplicada perante essa modalidade de ensino ocorreu no primeiro semestre de 2017, sob o título Avaliação Diagnóstica do EJA I, com objetivo de obter uma base de informações que possam subsidiar a tomada de decisões estratégicas para o aperfeiçoamento do programa de Educação de Jovens e Adultos em Salvador. Contudo, vale destacar que além de ter sido a primeira estratégia avaliativa da rede de ensino de Salvador, voltada para esse público, restringiu ao segmento I, da alfabetização.

Importante citar, a organização da Educação de Jovens e Adultos, no município. Tem-se EJA I - primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos, constituído de Tempo de Aprendizagem I; Tempo de Aprendizagem II e Tempo de Aprendizagem III, com duração total de 2.400 horas, em três anos. Na mesma direção, como complementação tem-se EJA II, segundo segmento da Educação de Jovens e Adultos que é constituída de Tempo de Aprendizagem IV e Tempo de Aprendizagem V, com duração total de 2.000 horas, em dois anos.

Dentre umas das suas características e ensejo da Avaliação Diagnóstica do EJA I esta em monitorar a qualidade, oferecer a administração pública municipal, informações gerenciais e pedagógicas que lhes permitam analisar e propor projetos voltados a melhoria da qualidade de ensino.

Ademais, a intenção da SMED é orientar a equipe escolar na realização de uma tarefa que não é fácil: refletir sobre os dados enviados, analisá-los e interpretá-los. Busca-se colocar em evidência aspectos considerados imprescindíveis para subsidiar as equipes escolares, colocando-as em condições de adequar seus métodos às finalidades estabelecidas pela escola.

No geral, nas redes de ensino as avaliações externas são pontuais e mudam conforme são alterados os gestores municipais. Além disso, essas se restringem em coletas e análises baseadas, exclusivamente, em dados numéricos, que configuram-se em parâmetros quantitativos, que servem para classificam os sujeitos, conforme o nível formal de conhecimento.

A partir da análise do instrumento avaliativo aplicado em 2017, na rede de Salvador notou-se que faltou a utilização dos indicadores e informações resultantes na identificação de prioridades, para que fornecessem parâmetros mais precisos para a formulação e o monitoramento das políticas voltadas para EJA.

Nessa direção, acredita-se que a produção de dados e informações de forma ágil e fidedigna, que retratem a realidade da EJA, na cidade de Salvador, é um instrumento básico de avaliação, planejamento e auxílio ao processo decisório para o estabelecimento de políticas voltadas a melhoria. Porém, para que se tenha um eficiente sistema municipal de avaliação externa, informações educacionais, voltada para a superação das desigualdades econômicas e sociais, a SMED pode estruturar projetos destinados, especificamente, a suprir deficiências, lacunas do atual do sistema.

Observadas em conjunto, as informações disponíveis poderiam traçar um quadro abrangente da situação educacional da EJA, bem como fornecer subsídios indispensáveis para o aprofundamento de projetos, que possam enriquecer os rumos dessa modalidade do município.

Contudo, contraponto o que está posto para que se tenha uma proposta eficaz, que atenda de fato aos sujeitos envolvidos na EJA, embora de forma não conclusiva, sugere-se dois tipos de procedimentos na coleta e análise dos dados das avaliações externas, na cidade de Salvador. O primeiro envolve fazer um tratamento estatístico acerca dos erros e acertos dos alunos nas questões de maneira holística. Isso porque analisando esses resultados, a escola passa a ter um diagnóstico das habilidades, que os alunos estão

dominando ou não em uma determinada etapa. Encontrar-se-á então, em posição favorável para identificar os aspectos curriculares que merecem maior atenção, bem como levantar hipóteses sobre as dificuldades que o aluno estão enfrentando. A escola também, ganha parâmetros para comparar a eficácia de seu trabalho pedagógico.

O segundo envolve o acompanhamento e a análise do desempenho, dos alunos, no transcurso de um ano para o outro. A escola, equipe pedagógica deve estar ciente, se o aluno da EJA não obteve progressos deve-se propor mudanças e ações concretas que levem aos avanços pretendidos, inibindo assim, a evasão que é algo tão significativo nessa modalidade de ensino.

Muitos são os impactos positivos, no retorno desses jovens e adultos a educação formal. Contudo, as vivências ora negativas, ora positivas, em especial as negativas, podem contribuir para mais uma vez excluir jovens e adultos da sua experiência tardia de escolarização. De acordo com Vargas & Gomes (2013), na EJA, os discentes, ao ingressarem numa determinada instituição educacional, terão que interagir com um funcionamento particular desse espaço, chamado escola, sentindo-se valorizado e respeitado.

Entretanto, vale destacar que independente do grupo ao quais os jovens e adultos citados façam parte, o aprendizado desses sujeitos inicia-se bem antes de ir à escola. Por isso, a escola, e todo o corpo docente que leciona na EJA, precisam ter uma formação específica que leve em consideração que esse público aprendem a lidar com situações, necessidades e exigências cotidianas, antes mesmo de ingressarem ou retornarem à escola

Logo, esse aspecto precisa ser contemplado nas avaliações externas: quem são esses alunos, quais competências básicas já conquistadas, quais precisam alcançar, quais seus anseios, medos, aprendizagem já sistematizadas, tudo isso para que possa orientar a todos envolvidos na elaboração e execução das avaliações externas.

Considerando o compromisso social da escola com o público de jovens e adultos, que sofreu e ainda sofre com o desprestígio da sociedade, a avaliação externa da EJA precisa está a serviço da gestão escolar, do corpo pedagógico, dos professores, bem como dos alunos.

Não se pode perder de vista que muitos jovens e adultos, devidos a sucessão de fracasso escolar, a que muitos foram submetidos, muitos são

pessimistas, acreditam não saber quase nada, gerando um clima de desconforto, o que impacta sobremaneira na avaliação. Esse olhar atento, muitas vezes é o que falta para que tenha-se avaliações externas mais coerente e responsivos com o público da EJA.

Partindo do pressuposto que a EJA é uma modalidade ensino, que precisa estar pautada na escolarização, não sendo associada à compensação, mas sim, à garantia da inclusão e equidade do direito à educação. O ideal é que avaliação externa, implementada pela SMED seja participativo, colaborativo e significativo, ou melhor, não seja construído única e exclusivamente pela secretaria responsável pela EJA do município, afinal, avaliar perpassa pelo processo de interação e junto a esse público essa questão, ainda é mais urgente.

Importa ressaltar que muito temos a avançar, no que tange a participação, contextualização das avaliações externas na EJA, em Salvador. Uma vez que o sucesso das políticas públicas, programas e projetos, implicam a participação ativa de todos os envolvidos no processo de busca da melhoria dessa modalidade. O sentimento de pertencimento da gestão, de cada professor e aluno é de fundamental importância para se buscar os resultados almejados.

Essa clareza sugere que uma avaliação externa eficaz, voltada para melhorias na qualidade do processo educativo da EJA, envolva a todos que será diretamente ou indiretamente impactado por índices como diminuição na evasão, continuidade do processo formativo, ampliação das competências, entre outras elementos.

Quando os sistemas de avaliação incorporam elementos da cultura escolar e os professores sentem que esse instrumento é aplicado a seu favor, esse será assimilado pelos professores como um indicador para a melhoria do seu trabalho. (AFONSO, 2005)

Na verdade, não se buscam apenas se ter dados numéricos, mas garantir esforços voltados às políticas públicas educacionais, que atendam de fato as necessidades dessa modalidade. Uma vez que os elementos produzidos por avaliações externas da Educação de Jovens e Adultos, na cidade de Salvador podem contribuir para o desenvolvimento de políticas de

gestão e de práticas pedagógicas, em favor da melhoria da qualidade, que deve ser o foco de quaisquer etapas e modalidade de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui se traz algumas das respostas obtidas nessa caminhada, no que diz respeito ao objetivo, na perspectiva de elaborar uma proposta sistematizada, contextualizada, interativa e contínua da avaliação externa, com ênfase nas especificidades e demandas educacionais dos jovens e adultos, na cidade de Salvador.

Notou-se que uma avaliação externa eficaz é fundamental, a escolarização dos jovens e adultos, para que através das melhorias a partir de políticas e projetos esses possam exercer de fato sua cidadania. O ato de avaliar torna-se imprescindível, visto que como parte integrante das ações da SMED, na cidade de Salvador, esse precisa responder e perceber a tempo, as possíveis fragilidades dessa modalidade de ensino e assim, fazer as devidas intervenções.

Por meio da construção do artigo sugere-se, que a avaliação externa além de está voltada para ação-reflexão-ação, seja um processo significativo, capaz de trazer um diagnóstico capaz de melhorar a qualidade do ensino ofertada a esse público, que conforme já explicitado, por diversas vezes já foram relegados à exclusão.

Ademais, considerando a invisibilidade dada a esse segmento de ensino, na Rede Municipal de Salvador, também sugere-se ao poder público municipal políticas, projetos a partir do delineamento do público da EJA, relacionando e fundamentando suas ações com base nos processos de desenvolvimento econômico e social da cidade de Salvador.

Conclui-se que os conceitos e as práticas avaliativas sugeridas para a SMED, na cidade de Salvador, só se completará com a possibilidade de apontar caminhos mais adequados para a construção do conhecimento, bem como reflexões contínuas sobre a realidade, para que na prática consiga desempenhar de fato sua função social e política junto a EJA.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal**. Presidência da República.1998 Disponível>www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22. 02.18.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB- Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htmBrasília: MEC, 1996.

_____.**Pareceres do CNE** - Ministério da Disponível: educação.www.portal.mec.gov.br.Conselho Nacional de Educação. Acesso em: 15. 03.18.

CARNEIRO, M. **LDB Fácil**: leitura crítico? compreensiva artigo a artigo. 8ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DELORS, J. (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez. 1998.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005.

FÁVERO, O. Lições da história: avanços de sessenta anos ea relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I.B.; PAIVA J. (orgs.) **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004

HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem, institucional e de larga escala**. 2013. Disponível: <http://luckesi.blog.terra.com.br/2012/11/15/avaliacao-da-aprendizagem-institucional-edo-larga-escala/> Acesso em 11 de março de 2018.

PAIVA, J. Educação de jovens e adultos: questões atuais em cenário de mudança. In. OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004.

PERONI, V. M. V. **Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado**. RBPAE. v.25, n.2, p. 285-300, mai/ago.2009.